Em que:

OF = Ordenação Final
 PC = Prova de Conhecimentos
 AP = Avaliação Psicológica
 AC = Avaliação Curricular
 EAC = Entrevista de Avaliação de Competências
 EPS = Entrevista Profissional de Seleção

Em caso de igualdade de classificação, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar são os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

Os métodos de seleção são aplicados pela ordem indicada sendo excluídos os candidatos que obtenham em cada método uma valoração inferior a 9,5 valores e, bem assim, aqueles que não comparecerem a qualquer método de seleção para o qual tenham sido convocados.

7.7 — Utilização faseada dos métodos de seleção: Estando em causa razões de celeridade, atenta a cessação de funções de trabalhadores nesta área funcional, impõe-se a necessidade urgente de repor a capacidade de resposta; Por tal foi declarado o presente procedimento urgente pelo que decorrerá através da utilização faseada dos métodos de seleção nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, nos seguintes termos:

Aplicação do primeiro método de seleção obrigatório a todos os candidatos admitidos;

Aplicação do segundo método de seleção obrigatório e do método seguinte apenas a uma parte dos candidatos aprovados no método de seleção anterior, sendo os mesmos convocados por *tranches* sucessivas, por ordem decrescente de classificação, em função dos universos com a prioridade legal face à situação jurídico-funcional, até satisfação das necessidades tal como o previsto no artigo 8.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

Dispensa de aplicação do segundo método ou dos métodos seguintes aos restantes candidatos, que se consideram excluídos.

8 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será afixada nas instalações da Câmara Municipal de Setúbal e disponibilizada na sua página eletrónica.

9 — Nos termos da alínea *t*), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos de seleção, desde que as solicitem.

10 — Constituição do júri:

Presidente: Lénia Maria Fernandes Mouro Guerreiro, Diretora do Departamento de Obras Municipais;

Vogais efetivos:

João Afonso Martins Eleutério Branco, Dirigente intermédio de 3.º grau do Serviço Municipal de Transportes e Equipamentos Mecânicos do Departamento de Obras Municipais, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;

António Manuel Gomes Pinto, Chefe da Divisão de Gestão Administrativa do Trabalho do Departamento de Recursos Humanos;

Vogais suplentes:

José Augusto Ferreira Campos de Carvalho, Chefe da Divisão de Obras por Administração Direta do Departamento de Obras Municipais;

Joaquim Augusto da Costa Domingos, Encarregado Operacional;

11 — Publicitação: o presente procedimento será publicitado na Bolsa de Emprego Público, na página Eletrónica do Município de Setúbal e em Jornal de Expansão Nacional por extrato (artigo 19.º, n.º 1, da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro).

12 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Quota de emprego: de acordo com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato portador de deficiência com grau de incapacidade $\geq 60\%$ tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre outra preferência legal. Para tal, os candidatos portadores de deficiência devem declarar, no requerimento de candidatura, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, juntando para o efeito o correspondente atestado multiuso.

15 de maio de 2014. — A Vereadora, com competência delegada pelo Despacho n.º 135/13/GAP, de 22 de outubro, *Carla Guerreiro*.

307856931

MUNICÍPIO DE TAVIRA

Aviso n.º 6965/2014

Aprovação da proposta da delimitação da área de reabilitação urbana e estratégia de reabilitação urbana simples para cidade de Tavira

Jorge Manuel do Nascimento Botelho, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, torna público que pela Proposta de Câmara n.º 18/2013 e Deliberação de Assembleia de dia 25 de fevereiro de 2013 foi aprovada a área de reabilitação urbana da cidade de Tavira e respetiva estratégia, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto.

No âmbito da discussão pública e durante o período desde então decorrido foram recebidas várias sugestões e considerandos sobre o programa definido, as quais foram atendidas na generalidade e efetuadas as alterações necessárias.

Mais torna público que pela Proposta de Câmara n.º 40/2014 e Deliberação de Assembleia de dia 24 de abril de 2014 foi aprovada a Estratégia de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira relativa à operação de reabilitação urbana simples.

Os elementos relativos à presente aprovação poderão ser consultados no Edifício dos Paços do Concelho, durante a hora de expediente, todos os dias úteis e no sítio do Município de Tavira na internet (www.cm-tavira.pt).

Para constar e devidos efeitos se lavra o presente aviso e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

30 de maio de 2014. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel do Nascimento Botelho*.

207863273

MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO

Aviso n.º 6966/2014

Eng.º António Cardoso Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, faz público, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, que, na sequência de deliberação da Câmara Municipal datada 21 de maio de 2014, está aberto a inquérito público, pelo período de 30 dias contados da publicação no *Diário da República*, 2.ª série, a alteração ao n.º 2 do artigo 22.º do Anexo II da Tabela de Taxas Municipais.

30 de maio de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Engenheiro António Cardoso Barbosa*.

Anexo II da Tabela de Taxas Municipais

[...]

Artigo 22.º

Utilização Turística

(Decreto-Lei n.º 39/08, de 7 de março)

1 —
 1.1 —
 2 — Fornecimento de placa de alojamento local — Taxa de € 6,00 (seis euros), a que acrescerá o preço final cobrado pelo fornecedor da placa.

3 —
 4 —
 5 —
 6 —

207862982

Aviso n.º 6967/2014

Engenheiro António Cardoso Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, faz público, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, que, na sequência de deliberação da Câmara Municipal datada 21 de maio de 2014, está aberto a inquérito público, pelo período de 30 dias contados da publicação no *Diário da República*, 2.ª série, a alteração à alínea *b*) do artigo 3.º e inclusão da alínea *f*) no n.º 1 do artigo 5.º do Programa Municipal de Participação de Medicamentos.

30 de maio de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Engenheiro António Cardoso Barbosa*.